



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**2ª Câmara**

**PROCESSO TC Nº 16060/16**

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

**ACÓRDÃO AC2 TC 01637/2017**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

ÓRGÃO: PB PREV – Paraíba Previdência  
AUTORIDADE HOMOLOGADORA: Yuri Simpson Lobato (Presidente)  
BENEFÍCIO: Aposentadoria por invalidez  
BENEFICIÁRIO(A): CÉLIA QUIRINO MUNIZ BRITO  
CARGO: Técnico Judiciário  
MATRÍCULA: 468.664-1  
LOTAÇÃO: Tribunal de Justiça  
ATO: Portaria – A – Nº 2468, publicada no DOE de 26/10/2016.  
IDADE: 70 anos  
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 13.612 dias  
FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Art. 40, § 1º, inciso I, “in fine” da Constituição Federal c/c o art. 6º -A da EC nº 41/2003.

**2. ANÁLISE DA AUDITORIA**

O órgão de origem adotou as providências necessárias à regularização das falhas inicialmente anotadas. Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor(a) legalmente apto(a) ao benefício, estando corretos os dados de tempo de serviço e os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de origem.

**3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB**

Na sessão de julgamento, opinou pela legalidade da aposentadoria e concessão de registro ao ato correspondente.

**4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA**

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os Membros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e conceder registro ao ato de aposentadoria por invalidez do(a) servidor(a) CÉLIA QUIRINO MUNIZ BRITO, no cargo de Técnico Judiciário, matrícula nº 468.664-1, lotado(a) na Tribunal de Justiça, tendo como fundamento o art. 40, § 1º, inciso I, “in fine” da Constituição Federal c/c o art. 6º -A da EC nº 41/2003, determinando-se o arquivamento do processo.

Publique-se e registre-se.  
TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa  
João Pessoa, 12 de setembro de 2017.

Assinado 14 de Setembro de 2017 às 16:30



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 14 de Setembro de 2017 às 13:55



**Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos**

RELATOR

Assinado 15 de Setembro de 2017 às 10:03



**Manoel Antonio dos Santos Neto**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO